



TRABALHO, CAPITALISMO E CLASSE TRABALHADORA: DO TAYLORISMO-FORDISMO AO TOYOTISMO UBERIZADO¹

Work, capitalism and working class: from Taylorism-Fordism to uberized Toyotism

CAMILLO, Eliane Juraski²
MOURA, Dante Henrique³

RESUMO

O presente artigo debruçou-se, pelas vias da pesquisa bibliográfica, na tarefa de desenvolver um breve panorama histórico acerca da evolução da categoria Trabalho, contemplando elementos do pensamento marxiano até a atualidade marcada pela sua precarização, no bojo da Economia do Compartilhamento (EC), modalidade econômica que vem exacerbando a *uberização* do trabalho. Ao recorrer à teoria marxista, nós, pesquisadora e pesquisador anã/anão, tentamos subir em ombros de autores e autoras gigantes, no afã de enxergar um pouco mais além as nuances que montam o vasto caleidoscópio que envolve a temática. Afinal, o que é o trabalho? Como podemos defini-lo? Que elementos não poderiam ser desprezados ao se montar um breve panorama histórico acerca de sua evolução, desde as elaborações de Marx e Engels até a atualidade, marcada pela *uberização* e precarização?

Palavras-chave: Trabalho. *Uberização*. Precarização.

ABSTRACT

This article focused, through bibliographic research, on the task of developing a brief historical overview about the evolution of the Work category, contemplating elements of Marxian thought until the present time marked by its precariousness, in the midst of the Economy of Sharing (EC), an economic modality that has exacerbated the uberization of work. When resorting to Marxist theory, us, researchers dwarves try to climb on the shoulders of giant authors, in an effort to see a little further the nuances that make up the vast kaleidoscope that surrounds the theme. After all, what is work? How can we define it? What elements could not be neglected when creating a brief historical overview of its evolution, from the elaborations of Marx and Engels to the present, marked by uberization and precariousness?

Keywords: Work. Uberization. Precariousness.

¹ (i) O artigo não foi apresentado ou publicado, anteriormente, em encontros e/ou outros eventos científicos; (ii) não passou pela avaliação de Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), dado que não é o caso, por não se tratar de pesquisa com seres humanos; (iii) é resultante de pesquisa de pós-doutoramento da autora, sendo que o autor foi supervisor da mesma; (iv) recebeu apoio de órgãos de financiamento/fomento, a saber, bolsa Capes recebida pela autora enquanto pós-doutoranda.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Mestra em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Graduação em Letras pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e da Missões - URI. Docente do Instituto Federal Santa Catarina – IFSC. E-mail: juraskicamillo@gmail.com.

³ Doutor em Educação pela Universidad Complutense de Madrid, UCM, Espanha, Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. Docente do Instituto Federal Rio Grande do Norte – IFRN. E-mail: dantemoura2014@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Pensando, inicialmente no que é o trabalho e em como podemos defini-lo, no Livro Primeiro de O Capital – Crítica da Economia Política – Marx (1985, 188) assim define o que é o trabalho:

O trabalho é, antes de mais, um processo entre homem e Natureza, um processo em que o homem medeia, regula e controla a sua troca material com a Natureza através da sua própria acção. Ele faz face à própria matéria da Natureza como um poder da Natureza. Ele põe em movimento as forças da Natureza que pertencem à sua corporalidade — braços e pernas, cabeça e mão — para se apropriar da matéria da Natureza numa forma utilizável para a sua própria vida. Ao actuar, por este movimento, sobre a Natureza fora dele e ao transformá-la transforma simultaneamente a sua própria natureza.

Isto é, Marx declara que pelo trabalho, o homem/ser humano transforma não apenas a natureza, mas nessa relação, acaba, também e inevitavelmente, por transformar a si mesmo.

Corroborando essa ideia, no manuscrito *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, Engels alude que o trabalho é fonte de toda a riqueza, condição básica e fundamental da vida humana e que, de certo modo, o trabalho criou o homem/ser humano, pois, em função do referido, o ser humano se desenvolveu das formas que se desenvolveu, com as características que se desenvolveu. Engels ainda nos oferece uma genial distinção entre o ser humano e os demais animais: estes se adaptam à natureza, enquanto que o ser humano, por intermédio do trabalho, adapta a natureza a si.

Albornoz (2008), na obra *O que é o trabalho*, argumenta que a palavra trabalho possui diferentes modulações nas mais diversas línguas, com acepções que variam entre sentidos/significados positivos e também negativos. Como exemplo do último, a autora muito bem nos lembra que, em língua portuguesa, a palavra trabalho se origina do latim *tripalium*, que era um instrumento pontiagudo utilizado pelos agricultores para a colheita de cereais, sendo que a maioria dos dicionários definem o vocábulo como um instrumento de tortura, daí originando-se a conotação do trabalho enquanto dor, penar, sofrimento.

Huws (2017) similarmente destaca a amplitude de significados da palavra trabalho, que vão desde o esforço físico (como o de dar à luz, por exemplo), passando pela participação em um emprego, indo até a representação política.

Ou seja, os sentidos atribuídos ao trabalho não são apenas positivos/afirmativos, segundo o dito por Marx e Engels, mas como também recorda Albornoz e Huws, e que foi amplamente desenvolvido por Marx e Engels, o trabalho pode aparecer associado a pesar e sofrimento, especialmente se o tomarmos no modo de produção capitalista, o que nos encaminha à tarefa de pensarmos a evolução histórica do trabalho, bem como o seu papel na vida das pessoas. Isso nos leva a pensar na forma como o trabalho se relaciona com o capitalismo. Para isso, reportamo-nos a Mészáros (2011), mais precisamente à sua ideia de sistema sociometabólico do capital, que, grosso modo, procura capturar a forma pela qual o capitalismo se comporta e se organiza/se estrutura em suas distintas etapas (capitalismo industrial, capitalismo financeiro, por exemplo), marcadas por características distintas. No bojo desse conceito, interessa a forma pela qual o trabalho se relaciona com o capitalismo, respondendo, assim, ao intuito de lançar

um olhar para alguns elementos que não poderiam ser desprezados ao se montar um panorama histórico acerca de sua evolução.

Segundo Antunes (2009, p. 21), “O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital”. No que concerne à subordinação do trabalho ao capital, cumpre asseverar que Harvey (2010) alude que para o capital bem circular no corpo social, o modo de produção capitalista precisa crescer a uma taxa composta de 3% ao ano. O autor coloca alguns determinantes como de extrema preponderância para que o modo de produção capitalista prossiga sua expansão, sendo um deles a forma como se desenvolve o trabalho.

E sobre isso, Antunes (2009) afirma que há uma divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital. Para explicar como isso ocorre, o autor distingue as mediações primárias ou de primeira ordem das mediações de segunda ordem. No intuito de clarificar a distinção entre esses dois níveis de relações sociais em meio às quais o ser humano produz sua existência por meio do trabalho, o autor nos oferece um quadro explicativo sobre as funções vitais de mediação primária ou de primeira ordem (ANTUNES, 2009, p. 22):

1) necessária ou mais ou menos espontânea regulação da atividade biológica reprodutiva em conjugação com os recursos existentes; 2) regulação do processo de trabalho, pela qual o necessário intercâmbio comunitário com a natureza possa produzir os bens requeridos, os instrumentos de trabalho, os empreendimentos produtivos e o conhecimento para a satisfação das necessidades humanas; 3) o estabelecimento de um sistema de trocas compatível com as necessidades requeridas, historicamente mutáveis e visando otimizar os recursos naturais e produtivos existentes; 4) organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades, materiais e culturais, visando o atendimento de um sistema de reprodução social cada vez mais complexo; 5) a alocação racional dos recursos naturais e humanos disponíveis, lutando contra as formas de escassez, por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) viável dos meios de produção, em sintonia com os níveis de produtividade e os limites socioeconômicos existentes; 6) a constituição e organização de regulamentos societários designados para a totalidade dos seres sociais, em conjugação com as demais determinações e funções de mediação primárias.

Como também nos coloca as condições pelos quais ocorre a emergência das mediações de segunda ordem (ANTUNES, 2009, p. 23):

1) a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção; 2) a imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, com um poder separado que exerce o mando sobre eles; 3) a personificação do capital como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudo personalidade usurpadas – voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital; 4) a equivalente personificação do trabalho, isto é, a personificação dos operários como trabalho, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante; essa personificação reduz a identidade do sujeito desse trabalho a suas funções produtivas fragmentárias.

Face a isso, o autor adverte que as relações que se sobrepõem, no modo de produção capitalista, as relações sociais de segunda ordem, em detrimento das mediações primárias básicas ou de primeira ordem. Dito de outro modo, no modo de produção capitalista, há uma emergência do sistema de mediações de segunda ordem, na qual se introduz elementos fetichizados e alienantes do controle social metabólico que subordinam a totalidade das relações ao imperativo absoluto da expansão capitalista, isto é, de sua reprodução e expansão, o que inclui todos os aspectos da produção da existência, igualmente, o trabalho.

Para isso, conforme o autor, o modo de produção capitalista promove a separação entre valor de uso e valor de troca e subordina o primeiro ao segundo, modificando toda e qualquer relação que possa significar um entrave para a sua contínua expansão. Segundo Antunes (2009), o sistema de metabolismo social do capital é ontologicamente incontrolável. O mesmo é assentado no tripé capital-trabalho-Estado, sendo que, aparentes regulações ou freios (como a social democracia, por exemplo) não conseguiram controlá-lo, em razão do que Mézáros denomina de defeitos estruturais do sistema de metabolismo social do capital:

Primeiro, a produção e seu controle estão radicalmente separados e se encontram diametralmente opostos um ao outro. Segundo, no mesmo espírito, em decorrência das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência extremamente problemática e uma existência separada, de tal modo que o mais absurdo e manipulado “consumismo”, em algumas partes do mundo, pode encontrar seu horrível corolário na mais desumana negação da satisfação das necessidades elementares para incontáveis milhões de seres. E, terceiro, os novos microcosmos do sistema de capital se combinam de modo inteiramente manejável, de tal maneira que o capital social total deveria ser capaz de integrar-se – dada a necessidade – ao domínio global da circulação, [...] visando superar a contradição entre produção e circulação. Dessa maneira, a necessária dominação e subordinação prevalece não só dentro dos microcosmos particulares – por meio da ação de ‘personificação do capital’ individuais –, mas igualmente fora de seus limites, transcendendo não só as barreiras regionais como também as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se encontra submetida [...] aos imperativos alienantes de um sistema global de capital. (Mészáros, 1995, p. 48)

Dito de outro modo, o trabalho, como não poderia deixar de ser, fica à mercê das contingências e imperativos do sistema de metabolismo do modo de produção capitalista, o que, em muitas situações, acaba por afastá-lo de sua dimensão ontológica e de aproximá-lo da acepção negativa, anteriormente evidenciada. Huws (2017) realça que no modo de produção capitalista, o trabalho é expropriado da classe trabalhadora e que essa expropriação é um ato de violência.

Antunes ainda destaca que o modo de produção capitalista é expansionista, mundializado, destrutivo e incontrolável, por isso suscetível a contínuas crises. Essas, constituem-se, cada vez mais, como uma contínua depressão, ao contrário do passado, quando eram mais espaçadas e um período de crise era sucedido de um período de desenvolvimento e de relativa estabilidade. E essas contínuas crises requerem, cada vez mais, que o trabalho esteja totalmente subsumido ao capital, o que torna mister as sucessivas reestruturações produtivas, que continuamente vêm modificando a forma pela qual o trabalho se realiza no modo de produção capitalista, segundo as contingências do sistema metabólico característico de cada período.

Nesse sentido, após longo período de acumulação (e de relativo desenvolvimento e estabilidade), a partir dos anos 70, o capitalismo passa a apresentar, com mais vigor, segundo Antunes (2008, p. 36):

Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se os traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital.

Como se vê, esse agravamento do quadro crítico do capitalismo a partir dos anos 70 do século XX traz em seu âmago elementos de extrema complexidade, já que nesse período ocorreram transformações de ordem econômica, social, política, ideológica, com

forte incidência no ideário, valores e subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, segundo denominação de Antunes.

Cabe explicitar que cada país ou região global vivenciou esse processo de crise estrutural do capital de modo distinto, segundo suas próprias especificidades. No entanto, é possível assegurar que o que ocorreu em comum foi a resposta dada pelo modo de produção capitalista, que por intermédio das constantes reestruturações produtivas, procurou manter e recuperar sua capacidade de crescimento e de expansão, mantendo cativo a si o trabalho, bem como a classe trabalhadora.

AS REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS E AS DIFERENTES FORMAS DE GESTÃO DO TRABALHO

Tomaremos, neste escrito, alguns aspectos sobre o taylorismo-fordismo, o toyotismo e o recente fenômeno da *uberização*, que ilustram o modo pelo qual as reestruturações produtivas forjam novas formas de gestão do trabalho e da classe trabalhadora. Nesse percurso, é nosso intento, dar maior ênfase à questão da *uberização*.

Antunes (2010, p. 24-25) nos oferece uma síntese muito elucidativa/oportuna sobre o fordismo, entendendo-o como:

...a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [século XX, explicação nossa], cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista, pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões. Menos que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista.

Já o modelo japonês chamado de toyotismo é assim definido pelo autor:

[...] ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo just in time. O kanban, placas que são utilizadas para a reposição das peças. É fundamental à medida que inverte o processo: é do final, após a venda, que se inicia a reposição de estoques, e o kanban é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos. (ANTUNES, 2010, p. 32-33)

Antunes (2010) nos auxilia a entender as consequências do toyotismo para a classe trabalhadora. Para atender às necessidades mais individualizadas de produção, conforme expresso na citação acima, esta forma de organização do processo produtivo rompe com o modelo de especialização – ou superespecialização – do trabalho no taylorismo-fordismo, requerendo, por sua vez, um classe trabalhadora polivalente, multifuncional, não especializada, capaz de operar etapas distintas de um determinado

processo produtivo, o que requer constantes processos de formação e de (re)qualificação profissional.

O trabalho passa a ser realizado mais em equipe, havendo certa horizontalização do processo produtivo. Antunes (2010, p. 34) ainda acrescenta a flexibilização das relações de trabalho, a terceirização, a subcontratação, o controle de qualidade total, a eliminação do desperdício, a “gerência participativa”, o sindicalismo de empresa e a intensificação da exploração do trabalho como características do toyotismo.

Sennet (2006), no capítulo denominado Deriva, examina elementos de suma importância concatenados a distintos momentos do sistema sociometabólico do capital. Consideramos o teor desse capítulo ilustrativo das consequências da organização do trabalho da classe trabalhadora, especialmente se o entendermos sob a ótica do fordismo e do toyotismo, conforme segue.

O autor reflete sobre um encontro com o personagem Rico em um aeroporto, sendo que não o via há 15 anos. Havia entrevistado o pai – Enrico – há 25 anos atrás, quando escrevia um livro sobre os trabalhadores nos E.U.A (The Hidden Injuries of Class). Na época da entrevista o pai era faxineiro e tinha grandes esperanças pelo futuro do filho, inteligente e bom nos esportes. Há uma década havia perdido contato com Enrico, sendo que nesse interstício o filho Rico conseguira concluir a faculdade.

Na ocasião da entrevista, Enrico trabalhava como faxineiro há 20 anos, de forma resignada, sem reclamar nem se empolgar muito com o Sonho Americano. O objetivo maior era servir à família. Em 15 anos de economia comprou casa no subúrbio de Boston, desligando-se de seu antigo bairro italiano. Nessa época, a esposa fora trabalhar fora como passadeira em uma lavanderia, a seu contragosto. O tempo era linear em suas vidas, trabalhavam ano a ano em empregos que raras vezes variavam de um dia para o outro. As conquistas eram cumulativas, com melhorias e acréscimos na vida doméstica, através de aquisições contínuas. O tempo era previsível em sua vida. A agitação do pós-guerra e da Grande Depressão haviam passado. O emprego era protegido por sindicatos fortes. Enrico tinha 40 anos e sabia exatamente quando se aposentaria e quanto ganharia. Em suma, possuía tempo, bem como possibilidade, através de uma estrutura burocrática que o racionalizava em seu uso (regras de antiguidade de seu sindicato, mais leis do governo que organizavam pensão, somadas à autodisciplina). Apresenta-se como autor de sua própria história, linearmente tecida. Mesmo ocupando a base da pirâmide social, sua história lhe trazia senso de respeito e honra, por estar ancorada na vitória e, sobretudo, na presença incólume dos valores morais, sendo respeitado em ambas as identidades, nos dois mundos pelos quais transitou.

Já no que tange ao filho Rico e sua geração, a aparência não correspondia exatamente à essência. Concretizou o sonho do pai: ascensão, todavia rejeitou o estilo conservador e conformista dele. Aberto às mudanças, ao novo, aos riscos, ocupava o topo da pirâmide social, entretanto não era inteiramente feliz. Fez quatro mudanças em 14 anos. Considerava a esposa uma parceira em pé de igualdade no trabalho, tendo inclusive feito uma mudança de emprego e cidade em função dela. Carregava consigo o receio permanente de perder as rédeas da própria vida, principalmente no que tange ao trabalho, que se caracteriza sobremaneira pela perda de controle do tempo, enredado nos fluxos das redes. Perder o controle não era sinônimo apenas da perda de poder no trabalho: a vida emocional e interior se encontravam à deriva em função do jeito que tinha que viver para sobreviver na economia pós-moderna, com relações fugidias com os

amigos e a vizinhança, tendo, inevitavelmente incidência também nas relações familiares, falta de tempo e enorme disparidade entre as necessidades do núcleo familiar e as do trabalho. Rico se questionava constantemente o que ensinar aos filhos, numa época marcada pela ausência de valores éticos e morais, de disciplina, onde o “Não há longo prazo”, traz implicações para o trabalho e para a vida pessoal e familiar. No auge das terceirizações, o curto prazo, as mudanças, o mercado motivado pelo consumidor, o “capital impaciente”, a pressão por retorno rápido, a organização em rede, diferente da piramidal do tempo de Enrico, mais pesada, as redes institucionais da atualidade se caracterizam pela “força de laços fracos” que são passageiros e mais úteis, pelo trabalho em equipe que muda de tarefa em tarefa e muda de componentes do grupo ao longo da mesma atividade, formam o diapasão das apreensões de Rico: como conciliar o embate mundo do trabalho versus mundo familiar? O pai – Enrico – usava na educação do filho metáforas do mundo do trabalho. Rico não podia fazer o mesmo, haja vista que seu mundo do trabalho era guiado pelo “curto prazo”, incompatível com as relações pessoais, especialmente as familiares, que precisam ter por norte o “longo prazo”, cada vez mais em desuso. Assim, apega-se, esporadicamente, ao conservadorismo formal como maneira de materializar um pouco mais a coerência que sente faltar em sua vida.

O passado, que representava Enrico, apresenta-se como um tempo estável e linear, em que o homem aceitava a mudança ao atravessar períodos distintos e difíceis, em função de acontecimentos singulares como guerras, pestes, dentre outros. No presente, o ser humano, sob o prisma do capitalismo atual, é levado a aceitar a mudança como uma presença constante no mundo do trabalho, com desdobramentos inevitáveis na vida pessoal e familiar, a exemplo de Rico. E o futuro, nessa perspectiva, se apresenta como a maior das incógnitas.

Em suma, é possível asseverar que a história de vida de Enrico teceu-se sob o estandarte fordista, enquanto que a vida de Rico é marcada por aspectos centrais do toyotismo. Importa destacar que esses dois diferentes momentos são de extrema importância na definição do modus vivendi das duas gerações, com acentuada influência na constituição da identidade de pai e filho.

Todas essas mudanças vêm acarretando a diminuição do trabalho fabril e, concomitantemente, aumento do assalariamento no setor de serviços. Disso decorre uma maior heterogeneização do trabalho, incorporação da mulher no mercado de trabalho, crescente subproletarização da classe trabalhadora, visível, principalmente, no trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado e até quinterizado (Kuenzer, 2006) que, de forma geral, exclui a juventude como também as pessoas de mais idade.

Outro aspecto digno de nota e que ocupa lugar de proeminência no cenário relativo ao trabalho é a crescente imigração, seja de quem ainda possui alguma possibilidade de mobilidade por opção própria ou por força de condições como as pessoas refugiadas de guerras ou de catástrofes ambientais. De acordo com Harvey (2008), a imigração traz algumas consequências, em especial para o mundo do trabalho, pois em tempos de escassez de postos de trabalho, principalmente de contratos por tempo indeterminado, as pessoas imigrantes são, em muitas situações, consideradas concorrentes, aumentando o já existente preconceito e a xenofobia.

Antunes (2010) apresenta dados estatísticos e dialoga com pesquisas que revelam que na Europa, nos anos 40 do século XX, 40% da população economicamente ativa estava empregada na indústria, em empregos (relativamente) estáveis. Já no início do século

XXI, esse percentual caiu para 30%, havendo estimativas que nos próximos anos baixe ainda mais, para 20 ou 25%. Essa diminuição do trabalho estável se dá tanto pelo elevado nível de incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos, implicando na substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, como também por quadros recessivos, que resultam da retração da indústria. Da mesma forma, contribui para esse quadro a escolha dos donos do capital em não mais investir na produção, mas optar pelo crescente investimento de seu capital no mercado financeiro, o que pode ser constatado pelas próprias palavras de Dowbor (2017, p. 22):

A partir dos anos 1980 o capitalismo entra na fase de dominação dos intermediários financeiros sobre os processos produtivos – o rabo passa a abanar o cachorro (*the tail wags the dog*), conforme expressão usada por americanos – e isto passa a aprofundar a desigualdade. Mas apenas a partir da crise de 2008, com o impacto do pânico, é que foram se gerando pesquisas sobre os novos mecanismos de ganhos especulativos e de geração da desigualdade.

Em síntese, a menor oferta de emprego estável ocorrido pelas razões acima enunciadas. Importante compreender que esses aspectos não são fatores isolados, mas determinações que se inter-relacionam e se fortalecem mutuamente em prejuízo da oferta de postos de trabalho na indústria, especialmente aqueles de melhor qualidade.

A esse processo de perda de postos de trabalho no setor industrial corresponde um aumento no setor de serviços, mas em escala menor do que a perda na indústria, constituindo-se, assim, o desemprego estrutural, força propulsora da emergência do trabalho precário: retração dos direitos sociais e trabalhistas, baixa remuneração, dificuldade de organização sindical, dentre outros. Dessa forma, essa grande parcela da classe trabalhadora fica mais solitária e à mercê dos (des)mandos dos detentores dos meios de produção, já que a correlação de forças se torna ainda mais assimétrica.

É nesse cenário que se engendra a *uberização* do trabalho, parte integrante da Economia do Compartilhamento (EC), que segundo Slee (2017, p. 33) é “[...] uma onda de novos negócios que usam a internet para conectar consumidores com provedores de serviços para trocas no mundo físico, como aluguéis imobiliários de curta duração, viagens de carro ou tarefas domésticas.”

De acordo com Slee (2017), na obra *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*, a modalidade econômica EC, apesar de se encontrar rumores sobre ela anteriormente, ganha reverberação entre 2013 e 2014. Conhecida, também, por vários outros nomes, como consumo colaborativo (*collaborative consumption*), economia em rede (*mesh economy*), plataforma igual-para-igual (*peer-to-peer platforms*), economia dos bicos (*gig economy*), economia da viração ou economia sob demanda (*on-demand economy*).

O autor aponta um problema conceitual na expressão Economia do Compartilhamento. O vocábulo economia expressa um universo conceitual relacionado à palavra dinheiro. Já o vocábulo compartilhamento pressupõe outros valores, como a generosidade e a solidariedade, por exemplo. Então, a união dos dois vocábulos para nomear algo traria em si uma contradição. Entretanto, na verdade, não se trata de contradição, mas a intenção de tentar convencer, ideologicamente, a sociedade, especialmente a parcela da classe trabalhadora mais afetada pelo desemprego estrutural, de que é possível conciliar seus interesses com os dos detentores dos meios de produção, de forma horizontal e solidária.

Assim, a EC, inicialmente, associada à ideia de “o que é meu, é seu” ou “*mi casa, su casa*”, anuncia o intuito de fazer frente às grandes corporações, já que, por intermédio das tecnologias da informação, as pessoas poderiam formar redes virtuosas de compartilhamento mútuo de informações, bens e serviços, sem necessitar da mediação das grandes corporações.

Nesse contexto, a EC despontou associada a um movimento social amplo, uma causa nobre. Contudo, longe de significar uma ruptura ou alternativa à economia de mercado, liderada pelas grandes corporações, na prática, ela representa a expansão do livre mercado para novas áreas de nossa vida, segundo o entendimento de Slee (2017, p. 60), bem como já apontado por Marx (2011, p. 112), quando aludiu que “no mundo moderno, as relações pessoais emergem como simples emanações das relações de produção e troca.”

As duas grandes notáveis da EC são as empresas-plataforma Airbnb (aluguéis de temporada) e *Uber* (do ramo dos transportes). Essa última é apontada, inclusive, como sinônimo de EC ou ela própria. Tão expressiva é sua associação com a modalidade, que de seu nome derivou o substantivo *uberização*, para denominar a forma de relação de trabalho decorrente dessa modalidade econômica, que foi transposta para outras esferas, como a contratação de docentes e o setor de entregas na alimentação.

As duas empresas-plataforma se apresentam publicamente de formas distintas: enquanto a Airbnb aparece como um pequeno negócio, pautado na sustentabilidade e na esteira das cidades inteligentes, em que o dinheiro retorna, em tese, para benefícios da própria comunidade; a *Uber* – que em alemão quer dizer superioridade, estar por cima, pauta-se na ideia de ter um motorista particular. Todavia, embora se apresentem com feições distintas, se igualam no modo de agir nas cidades, impondo, a qualquer custo, sua presença, principalmente ao poder público, e usando de todo e qualquer meio para remover possíveis obstáculos do caminho que venham a atravancar suas presenças nos negócios. Cabe frisar que erodir cidades não se constitui em problema para essas empresas/plataformas.

No entanto, tal modalidade – mediada pelas tecnologias – não cumpriu a promessa de assumir uma face solidária. Segundo Slee (2017), o que de fato vem ocorrendo é a apropriação corporativa da energia coletiva por meio de investimentos bilionários, que fez com que, para a classe trabalhadora mais empobrecida, a EC se assemelha mais a uma “Economia de Bico”, sobretudo no Brasil, onde o desemprego atinge 11,9%, assolando 12,6 milhões de pessoas e a informalidade, na esteira da *uberização*, atingiu o maior percentual histórico, 41%, segundo divulgação do IBGE, sendo que em 11 estados da federação, o índice de informalidade ultrapassa o percentual de 50%. Dito de outro modo, o que era apresentado inicialmente pelos seus idealizadores como um movimento social em direção a uma forma diferenciada de economia e sociedade mais solidária, se revelou, na prática, como um tipo nefasto de negócio que vem intensificando a precarização das condições de trabalho ao impor à classe trabalhadora menores ganhos e total ausência de direitos trabalhistas.

Dessa forma, a EC, que foi Gestada no Vale do Silício, local que abriga gigantescos investimentos, fracassou socialmente porque se constituiu em um movimento exponencial em favor da desregulação nos mais variados setores da vida, maximamente no trabalho, em que as trabalhadoras e os trabalhadores não são juridicamente levados em consideração nas relações de trabalho com essas empresas-plataforma, que se anunciam como meras intermediárias entre consumo e prestação de serviços, o que as

permite escapar de muitas regulações e, em consequência, responsabilidades com os serviços que oferecem, bem como com direitos trabalhistas e impostos.

Cabe frisar que no Brasil há alguns movimentos dos coletivos que trabalham para Uber no sentido de que sejam reconhecidos seus vínculos trabalhistas como motoristas da empresa-plataforma. Recentemente foi divulgado pelo jornal O Globo (05/02/2020) notícia acerca de um julgamento transcorrido no Tribunal Superior do Trabalho – TST – em que seus ministros julgaram uma ação impetrada por um motorista da Uber do município de Guarulhos-SP, pela qual o autor requeria o reconhecimento do vínculo empregatício com a empresa-plataforma. Nesse processo, o TST considerou que o elo não existia e que o motorista era um mero “parceiro” da referida empresa.

Segundo a matéria, “A 5ª Turma concluiu que a autonomia do motorista no desempenho das atividades descaracteriza a subordinação, exigida para configurar a relação de emprego” e acrescenta transcrição de parte do parecer do ministro relator do TST:

A ampla flexibilidade do trabalhador em determinar a rotina, os horários de trabalho, os locais em que deseja atuar e a quantidade de clientes que pretende atender por dia é incompatível com o reconhecimento da relação de emprego, que tem como pressuposto básico a subordinação’, afirmou o ministro Breno Medeiros. Ainda conforme o relator, entre os termos e condições relacionados aos serviços está a reserva ao motorista do equivalente a 75% a 80% do valor pago pelo usuário, percentual superior ao que o TST vem admitindo para a caracterização da relação de parceria entre os envolvidos. ‘O rateio do valor do serviço em alto percentual a uma das partes evidencia vantagem remuneratória não condizente com o liame de emprego’, completou.

Essa decisão, ainda que não seja em última instância, desvela o grau de impregnação dos interesses do sistema capital na estrutura do Estado, o qual, em teoria, deve defender os interesses sociais na perspectiva de uma sociedade justa.

Enquanto isso, as empresas-plataforma da EC, conforme Slee (2017), têm alardeado que conseguiram um feito inédito em nossos dias, restabelecer a confiança entre as pessoas. Essa afirmação, indubitavelmente, merece um olhar mais acurado, pois parte de um princípio geral, que não é explicado. Na verdade, utiliza-se uma visão reducionista do problema e alega-se que essa desconfiança entre as pessoas pode ser explicada pela massificação do tratamento impessoal dado às populações pelas grandes corporações; pelo fato de o mundo ter se tornado mais urbano que rural provocando o inchado das cidades em que as pessoas não se conhecem, dentre outros aspectos. Ou seja, posto dessa forma, se coloca de forma reducionista, supondo que há um passado do qual se tem saudade, no qual havia confiança entre as pessoas e que graças à EC, essa confiança foi restaurada.

Não obstante, não é bem assim. Slee (2017) muito bem nos recorda que o vocábulo confiança, a exemplo de muitos outros, é polissêmico e que a confiabilidade, por sua vez, não é uma característica que se possa observar diretamente na superficialidade dos fenômenos, sendo que para constatá-la é necessário ir à profundidade.

Entretanto, a forma pela qual as empresas-plataforma da EC se utilizam para sustentar a afirmação de que restauraram a confiança hodiernamente é por intermédio da reputação. Esta, diferente da confiança, é um sinal mais informal, construída e consubstanciada por um conjunto de opiniões emitidas por diversas pessoas, que já se utilizaram dos serviços mediados por essas plataformas e, portanto, em tese, se sentem capazes de emitir uma avaliação sobre esse serviço, mesmo sem conhecerem todo o processo no qual está envolvido. Longe de ser um sinal perfeito de confiança, essas

opiniões emitidas podem transmitir preocupações legítimas, como também distorcidas, sobretudo quando quem fala não possui responsabilidade pública pelo que diz.

Por exemplo, algumas características de certos indivíduos podem definir, a priori, a forma como eles vão avaliar e, portanto, atribuir uma determinada reputação, a pessoas com determinado perfil como negros e negras, mulheres ou integrantes da comunidade LGBT. Ou seja, dependendo da visão de mundo de determinado sujeito, ele pode julgar negativamente o serviço prestado por uma pessoa pelo fato de ser negro ou negra, mulher ou do grupo LGBT, mesmo que tenha prestado o serviço solicitado com elevada qualidade e com esmero. Exemplificando, em um bairro em que predomina uma população de cor branca, um motorista da Uber negro pode ser mal avaliado por uma corrida feita pelo simples fato de ser negro; uma mulher encanadora, ao prestar serviço por intermédio de alguma empresa-plataforma, em local com histórico de machismo, pode ser mal avaliada pelo simples fato de ser mulher; um homossexual, quando presta serviço em uma comunidade LGBTfóbica, provavelmente será mal avaliado; um imigrante, oriundo da América Latina ou da África, ao prestar algum tipo de serviço por meio de uma empresa-plataforma na Europa ou nos Estados Unidos não tem a mesma possibilidade de ser bem avaliado quanto um europeu ou um estadunidense.

Outro aspecto que macula a confiança na reputação é o fato de que pode ser comprada em empresas que se auto intitulam como impulsionadoras de reputação, como é o caso da reputation.com. No sítio dessa empresa, no item “Sobre Nós”, consta:

Reputation.com oferece a plataforma de gerenciamento de reputação online líder na categoria para grandes empresas com vários locais. Ajudamos as empresas a monitorar e melhorar as classificações e reputação online e otimizar a experiência do cliente.

Apesar dessa característica que desqualifica a ideia da reputação em substituição à confiança, a primeira vem se estabelecendo como referência na prestação de serviços via empresas-plataforma. Contribui para isso o fato de que há um comportamento peculiar do ser humano, discutido na psicanálise e psiquiatria. Nesse sentido, Pinker (2013) explica que diante de um comportamento ou gosto apresentado como preferencial a pessoas ou grupos, o mesmo tende a ser replicado. Assim, uma música, por exemplo, quando apresentada como sendo a preferida por muitas pessoas, a mais “baixada” e a mais tocada, tenderá a ser realmente a preferida e a mais “baixada” pela maior quantidade de pessoas. Isto é, as pessoas tendem a avaliar bem quem já se encontra no topo das avaliações, o que não é diferente nos sistemas de avaliação para fins de reputação das empresas-plataforma da EC.

Ainda como aspecto problemático da reputação enquanto indicadora de confiança está o fato de que as pessoas tendem a ocultar más experiências e publicar as boas experiências. E problemas realmente sérios, por outro lado, não podem ser tratados por sistemas de reputação.

Diante do exposto, concordamos com Slee (2017, p. 193), ao defender que a confiança não pode ser expressa e/ou firmada por meros sistemas de reputação, os quais não podem, de forma alguma, se eximirem da regulação:

Os sistemas de reputação não podem substituir a regulação. Em vez disso, estão sendo substituídos por estruturas de administração corporativa, e um mau substituto. Um sistema de reputação é um chefe saído do inferno: um gerente errático, destemperado e incompreensível, que pode queimar você a qualquer momento, por um capricho repentino, sem oferecer nenhuma chance para contestação.

Assim, esses sistemas não podem ser considerados confiáveis, quer para estabelecer a qualidade e a confiabilidade de um serviço, muito menos para mensurar o quão bom é determinado trabalho executado por uma pessoa que presta serviço por meio de uma empresa-plataforma de EC e se ela merece continuar a trabalhar ou se deve ser desligada, se é digna de receber alguma recompensa ou merecedora de punição.

Diante do exposto, refutamos a falsa narrativa que alardeia que as pessoas que trabalham de forma *uberizada* possuem a vantagem da flexibilidade de horários e de não ter patrão. Em relação à primeira, não nos parece ter flexibilidade quem precisa ter elevada jornada de trabalho, muitas vezes mais que oito horas, para obter uma remuneração mínima para produzir sua existência. Além disso, quem trabalha sob a lógica da *uberização*, sob o controle algorítmico do sistema de reputação, não tem a liberdade de escolher locais onde trabalhar nem os clientes que vai atender, pois se rejeitar trabalho será mal avaliado e passará a receber menos trabalho e menor remuneração, além de correr grande risco de ser punido pelo algoritmo de reputação.

Em relação à falácia de não ter patrão, compreendemos que essa forma de controle não apresenta um, mas vários padrões: as empresas-plataforma, que pelas vias do algoritmo de reputação podem visualizar online e, dessa forma, controlar todos os pormenores do trabalho que está sendo executado, muito além do que fazia a gerência científica taylorista-fordista; a pessoa que vai consumir o serviço prestado, que pode avaliar mal um serviço por qualquer razão ou até mesmo sem razão objetiva, conforme já discutido em parágrafos anteriores; em muitos casos, quem trabalha como motorista da Uber (ou plataforma-empresa similar) não possui o automóvel. Nesse caso, o proprietário do carro, seja um particular ou uma locadora, é mais um patrão. Esse mesmo raciocínio se aplica a quem trabalha na entrega de alimentos e não possui moto ou bicicleta.

Não podemos perder de vista que um aspecto marcante que possibilitou a gênese da EC foi o desenvolvimento tecnológico. Slee (2017, p. 33) aponta que a internet, muito além de promover um mundo com aparelhos que prometem deixar nossas vidas cada vez melhores, por fazerem cada vez mais coisas, efetuarem um número crescente de operações, está remodelando a sociedade e a forma pela qual produzimos nossas existências, fazendo com que instituições e arranjos sociais arraigados repentinamente pareçam obsoletos.

Huws (2017, p. 166) menciona que a centralidade da internet na atualidade concatena-se com o que costuma ser chamado de era do conhecimento, como se o trabalho real de pessoas reais não fosse mais necessário, com sérias consequências para os Estados-nação, para o trabalho e para as pessoas:

Uma nova ortodoxia está sendo construída, uma ortodoxia na qual se toma como certo que o conhecimento é a única fonte de valor, que o trabalho é contingente e deslocalizável, que a globalização é um processo inevitável e inexorável, e que, por implicação, resistir a ela é inútil e que qualquer asserção física, aqui e agora, sobre o corpo humano está certamente fora de moda. As implicações da emergência desse 'senso comum' são imensas. Capazes de moldar temas tão diversos como tributações, legislação trabalhista, volume de gastos com seguridade social, direitos de privacidade, políticas ambientais, essas noções servem para legitimar uma nova agenda política e preparar o terreno para uma nova fase de acumulação do capital.

Em resumo, a EC, com forte auxílio do avanço tecnológico, especialmente da internet, vem deixando muitos problemas para os Estados, seja relacionado à diminuição do

recolhimento de impostos, seja de uma vasta gama de vicissitudes de ordem ambiental, legal, sanitária, dentre outras.

No tocante ao trabalho, na esteira da EC, vivenciamos, como diz o próprio Slee (2017), uma (nova) onda de trabalho precarizado, no qual diferentemente dos arranjos clássicos do capitalismo, em que o capitalista é claramente o dono dos meios de produção e a classe trabalhadora os utiliza para trabalhar. Na EC, o capitalista continua sendo o detentor do principal meio de produção, nesse caso, a plataforma tecnológica, seja do que for, mas os trabalhadores e as trabalhadoras precisam possuir ou alugar os insumos necessários à execução do trabalho, como aparelho de telefone celular, carro, motocicleta, bicicleta, sacola térmica, produtos de limpeza e tantos outros, a depender do ramo de serviço em que atue.

Ainda precisa dispensar mais do que as oito horas diárias de trabalho que são cumpridas em uma situação de emprego formal, caso queira ter um rendimento razoável para suprir sua existência e/ou de seu grupo familiar. Consequentemente, a *uberização* do trabalho, no bojo da EC, tem, indubitavelmente, contribuído para a intensificação a precarização das condições do trabalho, conforme já explicitado ao longo desta reflexão.

PALAVRAS FINAIS: PARA A CONTINUIDADE DO DEBATE

Partimos de algumas ideias acerca do que é trabalho oriundas de Marx e Engels, bem como da literatura de orientação *marxiana*/marxista. Vimos que o caráter sociometabólico do capital ofusca a dimensão ontológica e exacerba uma acepção negativa do trabalho, em que para o capital atender a sua natureza expansionista, precisa travar uma batalha com o trabalho, mantendo-o subsumido a si e a classe trabalhadora subserviente e precarizada.

Discutimos acerca da evolução histórica do trabalho no modo de produção capitalista, bem como algumas consequências para a classe trabalhadora, a partir da análise de aspectos de seu modo de gestão: Taylorismo-Fordismo, Toyotismo e Economia do Compartilhamento, modalidade econômica que carreeu a *uberização* e a agudização da precarização do trabalho.

No entanto, entendemos não ser possível apresentar uma conclusão para essas questões, haja vista que a problemática está longe de ser resolvida e não é estanque, mas optamos por encerrar essa reflexão lançando algumas perquirições que podem trazer alguma contribuição à continuidade do debate.

Slee (2017) chama a atenção para o fato de que cumprimos com três importantes papéis em nossa vida ao consumirmos, trabalharmos e exercermos a cidadania. O autor alerta que é preciso que haja coerência entre esses papéis. Deve-se atuar coletivamente em favor de um contrato social para que não se engane a quem consome de forma que tenham suas necessidades satisfeitas, que a classe trabalhadora não seja explorada e tenham seus direitos garantidos, e os cidadãos e as cidadãs não tenham que arcar com ônus sociais deixados por essas plataformas, conforme amplamente discutido ao longo deste artigo.

Slee (2017) menciona que na indústria da tecnologia, nem sempre se considera que o contrato social, nos moldes de coerência entre os papéis sociais que exercemos, acima descritos, seja algo importante. Concordamos com o autor por criticar explicitamente a arrogância com a qual entusiastas das tecnologias atuam, ao defenderem que os

aplicativos trazem em si a solução, por meio das tecnologias, para muitos dos problemas socialmente gestados, dispensando as outras instâncias envolvidas, como o Estado, por exemplo, o qual, em muitos ensejos, é encarado como um entrave, o que acaba por incidir frontalmente contra a própria democracia. Slee denomina isso como “solucionismo”, que aparenta dar soluções, mas, na prática, agrava o quadro social.

Em suma, é possível asseverar, com Huws (2017, p. 324), que o trabalho é o grande produtor de valor para o modo de produção capitalista, ao passo que para a classes trabalhadora, ou seja, a absoluta maioria da humanidade, permite que sua sobrevivência seja possível, por isso de sua importância e centralidade. Assim, lembramos que cada período do sistema sociometabólico do capitalismo, em nome da acumulação contínua, procurou, a sua maneira, realizar da forma mais eficaz possível a expropriação do trabalho da classe trabalhadora, sendo que imperativos éticos não se constituem em entraves para tal, até desembocar na precarização maximizada das condições do trabalho pelas vias da uberização, por meio da EC.

O que prognosticar para o futuro do trabalho e das pessoas que dele dependem para (sobre)viver? Evocamos novamente Marx e a ideia de que a história não ocorre de forma determinística, mas é construída pela luta de classe. Logo, o futuro vai depender, de acordo com Slee (2017), das nossas atitudes e da nossa ação acerca do entrelaçamento dos três papéis sociais que exercemos como consumidores/as, trabalhadores/as e cidadãos/ãs.

REFERÊNCIAS

ALBORNÓZ, Suzana. **O que é o trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. Disponível em: https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/a_era_do_capital_improdutivo_2_impress%C3%A3oV2.pdf . Acesso em: 30 jan. 2020.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do homem em macaco**. Ed. Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf> Acesso em: 08 ago. 2020.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HUWS, Ursula. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2017.

KUENZER, Acacia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300012&lng=pt&nrm=iso. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300012>. Acesso em: 06 out. 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, Vol. I, Tomo I, 1985.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

PINKER, Steven. **Os bons anjos da nossa natureza**: Por que a violência diminuiu; tradução Laura Teixeira Motta. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Data da submissão: 25/01/2021

Data da aprovação: 09/12/2021